



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1018042-12.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Protesto Indevido de Título**
 Requerente: **Judith Honorata dos Santos**
 Requerido: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Declaratória de Inexigibilidade de Títulos c/c Indenização por Danos Morais e Ação Cautelar Inominada para Sustação de Protesto, com pedido de liminar, propostas por **JUDITH HONORATA DOS SANTOS**, em face do **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, sob fundamento de que foi surpreendida por protestos de seis títulos em seu nome, referentes ao imóvel localizado na Rua Dr. Carlos Botelho, nº 2185, o qual não lhe pertence e, sim, a João Batista Carri, conforme cadastro da própria ré sob o nº 03.045.012.001.0, tendo comunicado o setor encarregado dos equívocos e tentado resolver, administrativamente, o problema, contudo, sem êxito, razão pela qual busca o provimento jurisdicional. Alega que, em 3 de julho de 2009, firmou contrato de compromisso de compra e venda do referido imóvel, mas desistiu da compra ao constatar que sobre ele recaem dívidas de um de seus herdeiros e, ao ser comunicada de protesto, procurou o herdeiro do imóvel, Marcelo de Souza Carri que, assim, providenciou o parcelamento da dívida perante a municipalidade. Aduz que o Departamento de Dívida Ativa da Prefeitura deveria ter sido cauteloso, pois somente com a matrícula do imóvel seria possível instruir a demanda, além de ter notificado o proprietário em seu endereço residencial, em razão de que nem sempre o imóvel, objeto de Protesto/Execução Fiscal, coincide com o domicílio do devedor/contribuinte, o que ocorreu no seu caso, uma vez que a notificação foi encaminhada a terreno sem edificação, sendo certo que, caso a ré tivesse feito a notificação corretamente, teria tomado providências cabíveis, impedindo, assim, a inscrição de seu nome nos serviços de proteção ao crédito e de sofrer humilhações, descaso e desgosto, sobretudo no seu caso, pois é uma pessoa idosa (89 anos) e idônea.

A cautelar veio instruída com os documentos de fls. 15-23.

Houve antecipação da tutela (fl. 24 nos autos da cautelar).

O Município apresentou contestação, às fls. 30-39, na qual sustenta, em resumo,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

que: I) os protestos foram válidos e regulares, pois o distrato foi apenas posteriormente a eles e, mesmo assim, foi feito após a parte comparecer ao SIM e ser orientada a procedê-lo; II) a obrigação de atualizar o cadastro é da contribuinte; III) não consegue ter acesso a todos os contratos de gaveta entre particulares; IV) possui o direito de protestar tanto o proprietário quanto o possuidor; V) a autora não sofreu danos morais, pois não houve prejuízo ao seu direito da personalidade; VI) a autora possui outros protestos, não devendo, assim, ter de arcar com direitos morais.

Juntou documentos (fls. 40-45).

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O processo pode ser julgado no estado em que se encontra, sobretudo porquanto desnecessária a produção de outras provas para convencimento judicial sobre a questão (artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil).

O pedido merece acolhimento.

Caso análogo já foi decidido pelo i. Juiz Auxiliar da Comarca, cujas razões bem fundamentadas na sentença prolatada ora se adota, conforme transcrição abaixo:

"A Lei Municipal nº 5.495/66, que institui o Código Tributário Municipal de São Carlos, ao tratar da inscrição do cadastro imobiliário, estabelece, no artigo 129:

A inscrição dos imóveis urbanos no Cadastro Imobiliário será promovida:

I – pelo proprietário ou seu representante legal, ou pelo respectivo possuidor a qualquer título;

II – por qualquer dos condôminos, em se tratando de condomínio

III – pelo compromissário comprador, nos casos de compromisso de compra e venda;

IV – pelo possuidor do imóvel a qualquer título;

V – de ofício, em se tratando de próprio federal, estadual, municipal ou de entidade autárquica, ou ainda, quando a inscrição deixar de ser feita no prazo regulamentar;

VI – pelo inventariante, síndico ou liquidante, quando se tratar de imóvel pertencente a espólio, massa falida ou sociedade em liquidação.

Parágrafo Único – Para os fins previstos neste artigo, os Cartórios de Registro de Imóveis, situados nesta circunscrição, fornecerão à Prefeitura Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias, independente de solicitação, certidões de todos os atos a seu cargo, relativos a registros ou averbações de imóveis, onde constem elementos identificadores do proprietário ou compromissário comprador e do imóvel.

Nota-se, pelo dispositivo acima transcrito, com destaque ao inciso III, que a lei



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

municipal não contempla a inscrição, pura e simples, efetivada a partir de provocação do compromissário vendedor. Foi providente o legislador, que, pelo que nos parece, nos casos de inscrição que não se faça de ofício, atribuiu a legitimidade para promovê-la apenas aqueles cuja esfera jurídica seria negativamente atingida, com a sua qualificação como contribuintes.

No caso do compromisso de compra e venda, em particular, a lei foi expressa: somente o promitente comprador pode provocar a inscrição. Pode-se afirmar até que a norma, prudencialmente, antecipou a possibilidade de um promitente vendedor dolosamente valer-se de um compromisso não mais eficaz para se livrar de suas responsabilidades tributárias em detrimento de terceiro.

Talvez se cogitasse de, no caso, efetivar-se a inscrição de ofício, agindo o promitente vendedor como simples 'denunciante', mas nesse caso é evidente que deve haver alguma sorte de procedimento prévio que possibilite ao promitente comprador o exercício do contraditório e da ampla defesa, para demonstrar que não é contribuinte.

[...]

Em São Carlos, no mesmo diploma legal acima mencionado, ao cuidar do lançamento e da arrecadação do imposto territorial urbano, dispôs-se, em relação ao sujeito passivo da relação tributária, no artigo 157, § 6º, o seguinte: '*No caso de terreno objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento será feito em nome do promitente vendedor e do compromissário comprador, se este estiver na posse do terreno*'.

[...]

Ao final, houve ainda falha na atuação administrativa no procedimento prévio ao protesto da certidão de dívida ativa. Com efeito, a Instrução Normativa SMF nº 002/2015, editada pelo Secretário Municipal da Fazenda, fls. 22/23, em seu artigo 3º, prevê:

O protesto será precedido de notificação pessoal, sempre que possível, ou por carta com aviso de recebimento, datado e firmado pelo destinatário ou alguém de seu domicílio, no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Será notificado por edital, publicado no Diário Oficial do Município com o prazo de 30 (trinta) dias, se desconhecido o domicílio fiscal do notificado ou se frustradas as tentativas anteriores, sendo que o não atendimento da mesma a CDA será remetida ao Cartório competente'.

Notamos que a regulamentação administrativa estabelece de modo expresso que, antes de apontado a protesto, deve haver a notificação pessoal e, caso negativo, por edital, do contribuinte.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A norma interna deveria ter sido observada, mesmo porque serve aos princípios da ampla defesa e do contraditório. Firma-se a premissa de que efetivamente houve falhas administrativas que guardam nexo de causalidade com o protesto indevido".

No caso em exame, verifica-se que o Município descumpriu os ditames norteadores da legislação municipal de regência acerca da identificação do contribuinte, do lançamento e da arrecadação do IPTU, bem como do protesto da certidão de dívida ativa, pois nada consta nos autos sobre seus devidos procedimentos acauteladores, quais sejam: o envio de notificações com AR à autora, a notificação por edital ou a publicação no Diário Oficial do Município. Frise-se que o simples envio de notificação, por si só, não representa automática ciência do possuidor ou proprietário acerca dos protestos, especialmente no caso de imóvel desprovido de edificação. Em essência, a apuração prévia de que a parte autora, de fato, deve figurar no polo passivo da relação tributária é imprescindível, pois, do contrário, representará prejuízo ao exercício do contraditório e ampla defesa.

Há que se considerar, ainda, que o protesto dos títulos (fls. 16-19) e a inserção do nome da autora em serviço de proteção ao crédito (fl. 23) geram publicidade da cobrança a terceiros, que, por si só, caracteriza dano moral.

O presente caso é, portanto, um típico exemplo de dano moral puro ou *in re ipsa*, que se exaure na própria atitude abusiva e/ou ilegal do demandado, prescindindo qualquer comprovação da repercussão surtida no psiquismo do lesado, pois o protesto indevido é suficiente à configuração do dever de indenizar, sendo de relevo anotar que os protestos anteriormente existentes em nome da autora são todos indevidos e decorrentes da mesma situação aqui questionada e posteriores ao distrato, não afastando, portanto, o dever de indenizar.

Desta feita, tendo-se como parâmetros a extensão do dano, as condições econômicas das partes, a intensidade da culpa e o caráter sancionador dessa indenização, arbitro os danos morais em R\$ 5.000,00.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito e **PROCEDENTE** o pedido, confirmando-se a tutela antecipada, com fundamento no artigo 487, I, do CPC, para declarar a inexistência de relação jurídico-tributária da autora, em relação ao imóvel localizado na Rua Dr. Carlos Botelho, nº 2185 e condenar o réu a lhe indenizar, pelos danos morais causados, no valor de R\$ **5.000,00**, corrigidos a partir desta data, a teor do que prescreve a Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça, pela "Tabela Lei Federal nº 11.960/09 Modulada" e juros moratórios, que corresponderão aos juros incidentes sobre a caderneta de poupança, nos termos da modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, pelo E. STF, na ADIN 4.357, em 25/03/2015, a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

partir do evento danoso (05 de janeiro de 2013), conforme Súmula 54 do C. STJ.

Diante da sucumbência, condeno o requerido ao pagamento dos honorários advocatícios, que fixo em 15% sobre o valor da condenação, sendo isento de custas na forma da lei.

Expeçam-se ofícios ao Tabelionato de Protesto de Títulos da Comarca de São Carlos e ao 1º Tabelionato de Notas e Protestos de Letras e Títulos da Comarca de São Carlos para que cancelem, definitivamente, os protestos do títulos indicados (fl. 2 da cautelar).

Certifique-se nos autos da cautelar.

P.I.

São Carlos, 11 de outubro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**